



DESAFIOS E CONTRADIÇÕES DO TRABALHO DOCENTE FRENTE ÀS NORMAS EDUCACIONAIS NA PANDEMIA: UM ESTUDO EM JATAÍ-GO

Bruna Ferreira Bispo Machado¹

Elizabeth Gottschalg Raimann²

¹Secretaria Municipal de Jataí/ smebrunamachado@gmail.com

²Universidade Federal de Jataí/ elizabeth_raimann@ufj.edu.br

Resumo

A pandemia de Covid-19 provocou mudanças significativas no cenário educacional brasileiro, impactando diretamente o trabalho docente e a organização das instituições. Decorrente de pesquisa, este artigo apresenta a análise das normativas emitidas pelo Conselho Municipal de Educação (CME) de Jataí (GO), entre 2020 e 2022, e suas implicações no trabalho pedagógico dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental. A investigação de caráter qualitativo, fundamenta-se no método materialista histórico-dialético, utilizando documentos oficiais do CME e revisão bibliográfica como fontes principais. Os resultados apontam que as medidas emergenciais implementadas durante a pandemia intensificaram desigualdades educacionais, aumentaram a carga de trabalho docente e revelaram a precarização das condições laborais, sem oferecer suporte adequado. As normativas, embora necessárias para a continuidade do ensino, não garantiram equidade, reforçando contradições históricas da educação pública brasileira. Diante desse cenário, os docentes da rede municipal jataiense se viram à frente do desafio na educação, utilizando os recursos disponíveis, essas observações destacam que a implementação das políticas não garantiu, em sua maioria, o suporte necessário aos gestores e educadores, comprometendo a acessibilidade e a qualidade da educação durante o período pandêmico com o ensino remoto.

Palavras-chave: Trabalho docente. Pandemia. Políticas educacionais.

Introdução

A pandemia da Covid-19, iniciada em 2020, impôs profundas mudanças à educação, exigindo a reorganização das práticas pedagógicas e a formulação de normativas emergenciais para a continuidade do ensino. Estudos como os de Oliveira e Pereira Junior (2020) e do Gestrado/CNTE (2020) evidenciam que esse processo apresentou desigualdades, alargando a precarização do trabalho docente e desafiando os professores, estudantes e famílias diante das barreiras tecnológicas e estruturais.

Nesse cenário, a problemática orientou a investigação, fruto de uma dissertação de mestrado realizada no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Jataí, no ano de 2024. O problema da pesquisa consistiu em conhecer quais foram as consequências das normativas emitidas pelo Conselho Municipal de Educação (CME) de Jataí/GO para o trabalho docente nos anos iniciais do ensino fundamental durante a pandemia da Covid-19 (2020-2022).

Objetivando analisar os pareceres do Conselho Municipal de Educação de Jataí/GO produzidos para o ordenamento do trabalho pedagógico do professor do ensino fundamental anos iniciais na escola no período pandêmico (2020 a 2022) no município, e como objetivos específicos: descrever a atuação do Conselho Municipal de Educação durante a pandemia; analisar as orientações destinadas ao ensino fundamental anos iniciais; e analisar os pressupostos teóricos e políticos dos documentos em relação ao trabalho docente.

Para identificar os estudos que discutissem as orientações e deliberações emitidas por órgãos oficiais da educação, com atenção especial às implicações para o ensino fundamental, foi realizado um levantamento bibliográfico.

A apreciação dos trabalhos encontrados ocorreu de forma criteriosa, mediante leitura exploratória de títulos, resumos e palavras-chave. Nas bases de dados consultadas (Scielo, CAPES – Periódicos, Google Acadêmico e BDTD) foram localizados 319 estudos publicados entre 2020 e 2022, abrangendo diferentes áreas do conhecimento e níveis de ensino. Os critérios de inclusão adotados foram: artigos revisados por pares, que abordassem normativas educacionais emitidas durante o período pandêmico, com foco no ensino fundamental. Foram excluídas pesquisas que tratavam de ensino superior, educação infantil, áreas específicas do currículo, educação especial ou formação continuada.

Após a aplicação dos filtros de inclusão e exclusão previamente definidos, apenas cinco publicações atenderam aos critérios estabelecidos para compor o corpus da revisão sistemática de literatura. Essas publicações foram selecionadas por sua relevância temática, rigor metodológico e aderência aos objetivos do estudo.

Destaca-se que os trabalhos analisados abordam desde investigações sobre as políticas emergenciais implementadas pelos sistemas de ensino até estudos que discutem as implicações dessas medidas sobre o cotidiano profissional dos professores, evidenciando tensões, resistências e reinvenções no exercício da docência. As especificidades de cada um dos trabalhos selecionados estão organizadas no Quadro 1. Esse levantamento permite visualizar de forma sistematizada as contribuições analisadas no escopo desta revisão, destacando os diferentes enfoques dados às políticas educacionais e ao trabalho docente durante a pandemia de COVID-19.

Quadro 1 – Trabalhos relacionados a políticas educacionais e trabalho docente na pandemia

Ano	Autores	Título	Plataforma
2022	SILVA, Marize Aparecida Leite Siqueira	Trabalho docente, ensino remoto emergencial e políticas educacionais no município de Três Lagoas/MS	BDTD

Ano	Autores	Título	Plataforma
2023	SILVA, Priscilla Barros da	“Vocês conseguem me ouvir?” Políticas públicas e a prática docente por trás das telas durante a pandemia de Covid-19	CAPES
2023	WUNSCH, Luana Priscila; LEITE, Sâmmya Faria Adona; BOTENTUIT JUNIOR, João Batista	Replanejar a formação inicial docente: revisão sistemática de normativas no cenário pós-março de 2020	Google Acadêmico
2021	SANTOS, Jairo Campos dos; OLIVEIRA, Luiza Alves de	Percepções sobre as ações das redes públicas de ensino durante a pandemia	CAPES
2022	OLIVEIRA, Ney Cristina Monteiro de; CORRÊA, Izete Magno	A educação paraense na pandemia da Covid-19: desafios e possibilidades para o ano de 2021	Google Acadêmico

Fonte: elaborado pela autora.

Dessa forma, a análise do levantamento evidenciou que, embora a produção acadêmica sobre a pandemia e a educação tenha sido expressiva entre 2020 e 2022, ainda era escasso os estudos voltados especificamente às normativas educacionais direcionadas ao ensino fundamental nos anos iniciais. Tal constatação reforçou a relevância desta pesquisa, que buscou contribuir para a compreensão crítica das deliberações do Conselho Municipal de Educação de Jataí/GO e de seus efeitos sobre o trabalho docente, ampliando o debate sobre as políticas educacionais em contextos de crise.

Conforme argumenta Masson (2012), o materialismo histórico-dialético constitui um método capaz de apreender a realidade em sua totalidade, marcada por contradições e mediações. Essa perspectiva permite compreender as políticas educacionais não como instrumentos neutros, mas como expressões de relações sociais determinadas historicamente, em constante tensão entre discursos oficiais e condições concretas de implementação.

Reconfigurações do trabalho docente em meio às políticas emergenciais

O trabalho docente em tempos de pandemia da COVID-19 foi marcado por profundas transformações nas condições de trabalho, nas práticas pedagógicas e na organização do ensino. O fechamento das escolas e a adoção do ensino remoto emergencial expuseram desigualdades sociais, dificuldades no acesso às tecnologias e a intensificação do trabalho docente. Professores tiveram que se adaptar rapidamente ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), muitas vezes sem a devida formação ou infraestrutura, assumindo funções adicionais que ampliaram sua jornada e evidenciaram a precarização do trabalho. No entender de Senhoras (2020, p. 51) as ferramentas tecnológicas que eram utilizadas como recursos de apoio ao processo de aprendizagem, tornaram-se o artefato principal para a continuidade do período letivo em instituições de diferentes níveis de ensino.

A pandemia também reforçou o avanço de políticas neoliberais na educação, favorecendo a expansão de plataformas digitais e a participação de empresas privadas. Nesse contexto, a sobrecarga e a ausência de diálogo com os profissionais revelaram uma tendência de controle sobre o trabalho docente em detrimento de seu desenvolvimento profissional. Ainda que o ensino remoto, a EaD e o ensino híbrido tenham se colocado como alternativas para garantir a continuidade das aulas, suas limitações pedagógicas ficaram evidentes diante da falta de equidade no acesso e da fragilidade das soluções adotadas. Souza, Barros e Dutra (2021, p.5) pontuam que “a impossibilidade da aula presencial e a falta de acesso de todos com as novas tecnologias, ficou escancarada a desigualdade social no Brasil”.

Assim, o período pandêmico ressaltou a centralidade do professor como mediador do processo educativo, ao mesmo tempo em que evidenciou os desafios de uma profissão marcada pela intensificação, pela precarização e pela necessidade urgente de reconhecimento, valorização e melhores condições de trabalho.

A pandemia de Covid-19 acentuou a relevância dos Conselhos de Educação, uma vez que esses órgãos passaram a deliberar sobre diretrizes para a continuidade das atividades escolares, reorganizando calendários e normatizando o ensino remoto.

Na visão de Senhoras (2020), a adoção do ensino remoto emergencial (ERE) representou uma solução temporária para garantir a continuidade do currículo escolar, mas sem o planejamento adequado de um modelo educacional a distância. Essa medida exigiu dos professores novas competências relacionadas ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Para Nóvoa (2022), a pandemia trouxe à tona dificuldades históricas, como a sobrecarga de trabalho e as desigualdades de acesso à tecnologia. Oliveira (2020) reforça que as decisões sobre o ensino remoto foram, em grande parte, impostas sem diálogo com os docentes, priorizando a lógica de controle em detrimento do apoio pedagógico.

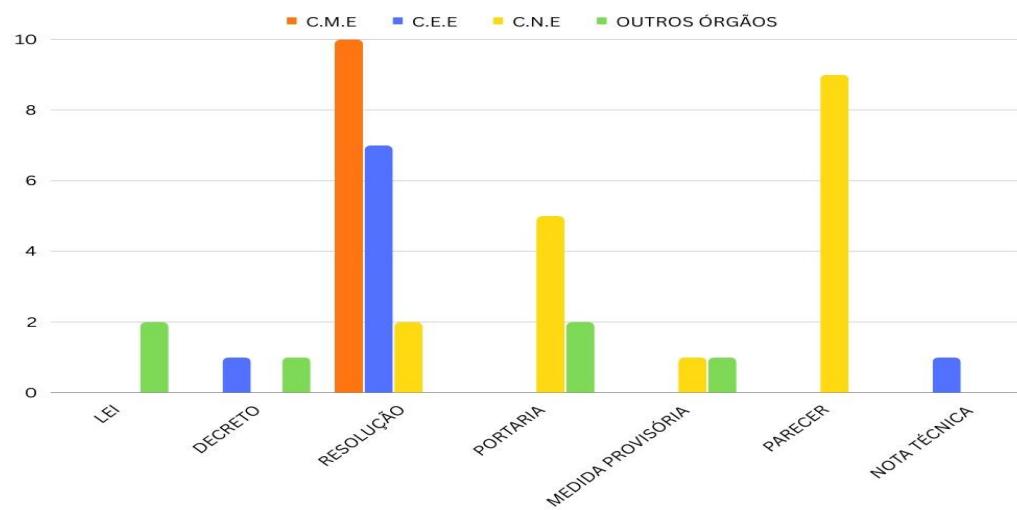
Souza e Evangelista (2020) apontam que o período ampliou a inserção do setor privado na educação pública, por meio da oferta de soluções tecnológicas. Embora o uso de recursos digitais já estivesse presente em algumas práticas, sua centralidade representou um desafio para muitos educadores, conforme pesquisa da UFMG e CNTE, que revelou que mais de 50% dos docentes não estavam preparados para lecionar remotamente.

Além disso, Saviani (2011) enfatiza a importância da interação presencial no processo educativo, argumentando que a atividade docente não se resume à transmissão de conteúdos, mas depende da mediação direta entre professor e aluno. Essa visão reforça a distinção entre

EaD e ERE: enquanto a EaD é planejada e estruturada, o ERE foi uma adaptação emergencial para evitar a interrupção do ensino (Arruda, 2020).

O gráfico 1 sintetiza a classificação realizada sobre todo o material obtido. Sendo 2 (duas) leis, 2 (dois) decretos sendo 1 (um) do Conselho Estadual de Educação (CEE) e outro pelo poder executivo na esfera do Senado Federal, 10 resoluções pelo CME, 7 CEE, 2 (duas) pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), resultando um total de 19 resoluções.

Gráfico 1 – Legislações educacionais no período pandêmico (2020-2021)



Fonte: elaborado pela autora

A crise sanitária desencadeada pela COVID-19 impôs um cenário inédito e desafiador para a gestão educacional em todas as esferas de governo. A fragmentação da atuação normativa está ancorada nas disposições legais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece competências compartilhadas entre União, estados e municípios. A União, por meio do MEC, tem o papel de formular políticas nacionais, editar normas gerais e coordenar ações educacionais em colaboração com os demais entes federativos (Brasil, 1996). Contudo, o artigo 6º da Lei nº 4.024/1961, com redação da Lei nº 9.131/1995, evidencia que o MEC delega parte significativa de suas atribuições ao Conselho Nacional de Educação (CNE), o qual passou a assumir protagonismo durante o período pandêmico.

O CNE, especialmente por meio da Câmara de Educação Básica (CEB), emitiu pareceres e diretrizes orientadoras, conforme estabelecido na legislação. A Lei nº 14.040/2020, posteriormente renumerada pela Lei nº 14.218/2021, reforçou o papel do CNE ao atribuir-lhe a competência de editar normas excepcionais durante o estado de calamidade pública. Essa centralidade normativa do CNE e não do MEC, demonstra o enfraquecimento da atuação

coordenadora do Ministério, deslocando para os conselhos locais a responsabilidade de adaptação e implementação das políticas públicas de educação durante a crise.

Molina (apud Angelo, 2021) afirma que, diante da omissão do MEC, coube aos estados e municípios assumirem a tomada de decisões em um cenário totalmente novo, o que resultou em respostas desiguais, muitas vezes marcadas pelas disparidades regionais e pela força política local.

A análise evidencia a fragilidade da coordenação nacional das políticas educacionais durante a pandemia, com protagonismo transferido aos conselhos educacionais – especialmente o CNE – e aos entes subnacionais. A experiência de Jataí/GO reflete o cenário nacional de desarticulação, em que os municípios atuaram com os recursos e informações disponíveis, reforçando as desigualdades já existentes no sistema educacional brasileiro.

Análise das normativas

Aqui reflete-se sobre as normativas e seus desdobramentos práticos, suas lacunas e potencialidades, considerando o papel estratégico que os professores desempenharam (e ainda desempenham) na mediação dos processos de ensino e aprendizagem em contextos de crise.

A análise das normativas do CME revelou orientações distribuídas em três eixos principais: aulas não presenciais, avaliação e planejamento.

As normativas regulamentaram a implementação do Regime Especial de Aulas Não Presenciais (REANP), estabelecendo diretrizes para a continuidade do ensino. Destaca-se “que os professores tiveram de se adaptar às condições inesperadas, ensinando de maneira inédita, usando instrução síncrona e assíncrona, além de serem desafiados a estabelecer conexões com alunos, familiares e colegas” (Wunsch, Leite, Junior 2023, p. 325), embora estas atividades síncronas e assíncronas apresentem como objetivo não perder o vínculo de aprendizagens com os alunos, temos o conhecimento que a verdadeira interatividade só acontece na sala de aula. Contudo, essa medida evidenciou desigualdades estruturais, precarização do trabalho docente e falta de infraestrutura tecnológica.

As resoluções orientaram adaptações nas estratégias avaliativas, mas mantiveram práticas que reforçam mecanismos de controle, desconsiderando as condições desiguais de acesso e participação dos alunos. Saviani e Galvão (2021) destacam que tais medidas aprofundaram as desigualdades educacionais.

A carga de trabalho docente foi intensificada, com aumento das tarefas burocráticas e necessidade de reorganização das atividades sem apoio institucional suficiente. Esse processo

refletiu contradições do sistema educacional, associado à lógica capitalista de intensificação do trabalho. A análise de Anacleto e Silva (2022, p. 149) expõe está dura realidade, como se lê:

No entanto, durante a pandemia, ficou evidente a intensificação do trabalho educacional, o que gerou uma sobrecarga para o professor. Como consequência, docentes durante o ERE tiveram que desempenhar, para o momento, papéis que lhe exigiram esforço e conhecimento para além do que estavam preparados, tais como organização de salas de aula virtual, tanto de forma síncrona (utilização de plataformas de videoconferência, de interação e de aprendizagem) quanto assíncronas (utilização de repositórios para materiais didáticos).

Além do mais, todo esse processo de aulas síncronas, pode excluir alunos que não têm acesso a dispositivos ou à internet e limitar a eficácia das medidas propostas.

De modo geral, as normativas cumpriram a função de garantir a continuidade formal do ensino, mas não asseguraram condições equitativas para professores e estudantes, ampliando desigualdades históricas e revelando fragilidades nas políticas públicas educacionais.

Considerações Finais

Os dados obtidos no estudo apontam para as políticas educacionais e sanitárias adotadas pelo governo municipal de Jataí (GO) durante a pandemia de Covid-19, com ênfase nos impactos das normativas do Conselho Municipal de Educação (CME) sobre o trabalho docente na educação básica, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental.

A investigação teve como objetivo examinar os pareceres emitidos pelo CME entre 2020 e 2022, buscando compreender as consequências dessas regulamentações sobre as atividades de ministrar aulas, planejar e avaliar no contexto do ensino remoto emergencial.

Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, fundamentada no método materialista histórico-dialético, que compreende a realidade como totalidade concreta, dinâmica e contraditória. A pandemia revelou a interdependência entre os mundos natural e social, evidenciando contradições profundas no sistema educacional público.

Os resultados apontam que o Regime Especial de Aulas Não Presenciais (REANP) intensificou desigualdades já existentes. As aulas remotas expuseram a precariedade da infraestrutura tecnológica de muitos estudantes e educadores, bem como a carência de formação docente para o uso de recursos digitais. As avaliações foram comprometidas, sobretudo pela ausência de supervisão e condições equitativas de participação. O planejamento pedagógico passou a demandar maior carga de trabalho, sem, no entanto, contar com apoio institucional suficiente.

Observou-se, ainda, a sobrecarga dos professores, que, além das funções pedagógicas,

assumiram responsabilidades administrativas e burocráticas. A ausência de diretrizes claras por parte do MEC e a instabilidade provocada pela mudança de gestão municipal agravaram o cenário, dificultando a continuidade de políticas educacionais efetivas.

Conclui-se que, embora os docentes tenham buscado alternativas para garantir a continuidade do ensino, as políticas implementadas durante a pandemia não asseguraram o suporte necessário para a garantia do direito à educação, revelando a urgência de ações coordenadas e estruturadas que considerem as condições reais das escolas, professores e estudantes.

Referências

ARRUDA, E. P. **Educação a distância e ensino remoto emergencial: apontamentos para distinção dos conceitos.** Revista de Educação a Distância e Práticas Educativas, v. 4, n. 1, p. 265-280, 2020.

BARROS, C. C. A.; SOUZA, A. da S.; DUTRA, F. D.; GUSMÃO, R. S. C.; CARDOSO, B. L. C. **Precarização do Trabalho Docente:** reflexões em tempos de pandemia e pós pandemia. Ensino em Perspectivas, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 1–23, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4975>. Acesso em: 14 abr. 2024.

GESTRADO. **Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente.** Base de dados. Docência na Educação Básica em tempo de pandemia. Belo Horizonte: UFMG, 2020a. Disponível em: https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/ResumoTecnico_PesquisaTrabalhoDocenteECovid_07julho.pdf Acesso em: 11 dez. 2021

GESTRADO. **Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente.** Relatório Técnico. Trabalho Docente em Tempos de Pandemia. Belo Horizonte: UFMG, 2020b Disponível em : https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/cnte_relatorio_da_pesquisa_covid_gestrado_v03.pdf Acesso em 11dez. 2021

MASSON, G. **As contribuições do método materialista histórico e dialético para a pesquisa sobre políticas educacionais.** In: Seminário de pesquisa em educação da região sul. IX anped sul, Caxias do Sul, Anais. 2012. P. 1-13.

NÓVOA, A., A., Y. **Nada é novo, mas tudo mudou: Um olhar sobre a escola do futuro.** Perspectivas 49, 35–41 (2022). Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11125-020-09487-w> Acesso em: 10 fev. 2024

OLIVEIRA, N. C. M. de; CORRÊA, I. M. **A Educação paraense na pandemia da Covid - 19:** desafios e Possibilidades para o ano de 2021. EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação, [S.L] v. 9, p. 1–19, 2022. DOI: 10.26568/2359-2087.2022.6681. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/6681> . Acesso em: 5 ago. 2022.

Oliveira, D. A., & Pereira Junior, E. A. **Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira.** Retratos Da Escola, 14(30), 719–734. 2021. <https://doi.org/10.22420/rde.v14i30.1212> Acesso em: Agos/2024

SANTOS, J.C. dos; OLIVEIRA, L. A. de. **Percepções sobre as ações das redes públicas de ensino durante a pandemia.** Educ. Form., Fortaleza , v. 6, n. 3, e5412, set. 2021 . Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2448-35832021000300012&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 14 abr. 2024. Epub 11-Ago-2021. <https://dsouza.e.evangelistai.org/10.25053/redufor.v6i2.5412>.

SAVIANI, D.; GALVÃO, A.C. **Educação na pandemia:** a falácia do “ensino” remoto. Universidade e Sociedade, Brasília, ano XXXI, n. 67, p. 36-49, jan. 2021.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. Ed.rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SENHORAS, E. M. (org). **COVID-19: Educação e Ótica Docente.** Boa Vista: Editora da UFRR, 2020, 169 p.

SILVA, N. L. da. FREITAS, I. M. D. de. **Avaliação escolar em tempos de pandemia: possibilidades e incontingências.** Revista Gatilho, Juiz de Fora, v. 22, n. 1, p. 7-29, 2022

SILVA, T. J. C.; ESPINOZA, F.; LIMA, A. S. **Ensino remoto emergencial, legislação e direito à educação no brasil.** Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas, [S. l.], v. 39, n. 2, 2023. Disponível em: <https://revista.fdsu.edu.br/index.php/revistafdsu/article/view/575>. Acesso em: 6 abr. 2024.

SOUZA, A. G.; EVANGELISTA, O. **Pandemia! Janela de oportunidade para o capital educador.** Site Contrapoder. 15 de abril de 2020. Disponível em: <https://contrapoder.net/columnas/pandemia-janela-de-oportunidade-para-o-capital-educador/> Acesso em: 20 de ago. 2024.

WUNSCH, L. P.; LEITE, S. F. A.; BOTENTUIT JUNIOR, J. B. **(Re)planejar a formação inicial docente:** revisão sistemática de normativas no cenário pós-março de 2020. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 13, n. 39, p. 324–343, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.7748833. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/1017>. Acesso em: 14 abr. 2024.